

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Inteligência Urbana e Serviços S.A. é uma sociedade de economia mista, de capital fechado, ente da administração indireta dos municípios de Horizonte, CE, Monsenhor Tabosa, CE, Baturité, CE, Tabuleiro do Norte, CE, e Tauá, CE, regida por este estatuto, pela Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, pelas leis que autorizam sua criação, Lei Municipal de Horizonte, CE, nº 1.316, de 06 de setembro de 2019, Lei Municipal de Monsenhor Tabosa nº 01, de 11 de fevereiro de 2021, Lei Municipal de Baturité nº 2.118, de 27 de abril de 2022, Lei Municipal Tabuleiro do Norte nº 2.091 de 06 de dezembro 2021 e Decreto Municipal 095/2021, Lei Municipal Tauá nº 2.695, de 05 de julho de 2022 e demais legislação aplicável, ente da administração indireta, constituída em 28 de dezembro de 2020, tem sua sede e administração na cidade de Fortaleza, Ceará, na rua Desembargador Leite Albuquerque, nº 635, sala 404, CEP: 60-150-150.

A Companhia tem por objeto:

- a. estudar, desenvolver, projetar, operar e explorar serviços de suporte à atividade administrativa pública.
- b. estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar redes de iluminação pública e serviços correlatos, prestando serviços ou vendendo insumos relacionados, da Companhia, das sociedades das quais mantenha o controle acionário ou participação ou, ainda, de terceiros, na forma da lei.
- c. estudar, planejar, projetar, executar obras, operar e explorar atividades de eficiência energética, prestando serviços ou vendendo insumos relacionados, da Companhia ou de sociedades das quais mantenha o controle acionário ou participação ou, ainda, de terceiros, na forma da lei.
- d. estudar, planejar, projetar, executar obras, operar e explorar atividades de telecomunicações, tecnologia de informação, sistemas de gestão pública e privada, sistemas de segurança, monitoramento e trânsito, prestando serviços ou vendendo insumos relacionados, da Companhia ou de sociedades das quais mantenha o controle acionário ou participação ou, ainda, de terceiros, na forma da lei.
- e. estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar atividades de geração de energia, em qualquer de suas fontes, com vistas à exploração econômica e comercial.
- f. estudar, planejar, projetar e executar obras de infraestrutura urbana.

A companhia não tem suas ações negociadas na B3 S.A, visto que, sua titularidade é exclusiva de pessoas jurídicas de direito público interno ou de entidades da administração indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

PRINCIPAIS EVENTOS OCORRIDOS EM 2022

Aprovação de novo Regulamento de Compras, Licitações e Contratos

No dia 04 de abril de 2022, na sede da Companhia, com a presença dos conselheiros e por videoconferência foi realizada a reunião que aprovou o novo Regulamento de Compras, Licitações e Contratos da Companhia de Inteligência Urbana e Serviços S.A, nos termos que autoriza o artigo 40 da Lei Federal da nº: 3.303/2016. Merece destaque a definição de sete critérios de julgamento para as licitações, sendo, menor preço, maior desconto, melhor combinação de técnica e preço, melhor técnica, melhor conteúdo artístico, maior oferta de preço, maior retorno econômico ou melhor destinação de bens alienados; e a prevalência do meio eletrônico de publicidade, facultando a publicação em Diários Oficiais apenas aos extratos de editais e de contrato.

Com isso, a publicação dos demais atos pode ser realizada apenas na rede mundial de computadores, conferindo maior agilidade e menores custos aos processos de contratação nas empresas estatais. No âmbito dos contratos, cabe referência à ampliação da bilateralidade e da autonomia das vontades nas contratações das empresas estatais. A imposição obrigatória de “cláusulas exorbitantes” e de modelos inflexíveis de contratos é substituída pela valorização e pela flexibilidade inerentes à agilidade e à redução de custos exigidos pelas novas práticas de mercado.

Aumento de Capital Social

No dia 22 de agosto de 2022 realizou-se a reunião extraordinária do conselho de administração, o aumento do capital social da Companhia de R\$ 1.000.000,00, totalmente integralizados, para R\$ 2.951.000,00, representando um aumento efetivo de R\$ 1.951.000,00, mediante a emissão de 100.000 ações ordinárias A, nominativas, sem valor nominal, emitidas ao preço unitário de R\$1,00; 51.000 ações ordinárias B, nominativas, sem valor nominal, emitidas ao preço unitário de R\$1,00; E de 10.000 ações preferenciais B, nominativas, sem valor nominal, emitidas ao preço unitário de R\$ 180,00, na forma do boletim de subscrição, Anexo I.

Os acionistas Companhia Horizontal de Eficiência Energética S.A., Município de Monsenhor Tabosa, CE, Baturité Ativos S.A e Município de Tabuleiro do Norte, CE renunciaram expressa e previamente ao direito de preferência que lhes é conferido pela Lei Federal 6.404/76 na subscrição das novas ações emitidas, ratificado por esse conselho, e a acionista Companhia de

Infraestrutura, tecnologia e Inovação S.A. subscreve 51.000 ações ordinárias B, nominativas, sem valor nominal, emitidas ao preço unitário de R\$1,00; E emissão de 10.000 ações preferenciais B, nominativas, sem valor nominal, emitidas ao preço unitário de R\$ 180,00. Sendo que, o Município de Tauá, CE subscreveu e integralizou 100.000 ações ordinárias A, emitidas ao preço unitário de R\$ 1,00 no valor de R\$ 100.000,00 e a Companhia de Infraestrutura, Tecnologia e Inovação CITI subscreveu e integralizou 51.000 ações ordinárias B, emitidas ao preço unitário de R\$ 1,00, totalizando 151.000 de ações ordinárias e 1.800.000 de ações preferenciais.

Programa de recompra de ações

Em sessão da Assembleia Geral Extraordinária, no dia 19 de dezembro 2022 por videoconferência foi aprovado a aquisição das 21.552 ações ordinárias A da Companhia de Inteligência Urbana e Serviços S.A de titularidade da Companhia Horizontina de Eficiência Energética S.A, para permanência em tesouraria, nos termos do que autoriza o artigo 30, § 1º, alínea *b* da Lei Federal nº 6.404/1976, pelo mesmo valor de emissão das ações, tendo em vista o interesse manifestado pela Companhia Horizontina em liquidar as ações da Urbantech de sua titularidade, conforme deliberação do seu conselho de administração. A operação foi realizada no exercício de 2022 por meio da instituição financeira Banco do Brasil S.A.

Novos contratos fechados

No ano de 2022, houve o fechamento de novos contratos com o Município de Baturité, conforme termo de execução delegada de serviço público, processo administrativo 2005.01/2022-DL, autorizada pela Lei Federal 13.303/2016 e Decreto Municipal 33/2022, com o Município de Tabuleiro do Norte, pelo termo de execução delegada de serviço público, processo administrativo PA001/2022 SEOSP, autorizada pela Lei Federal 13.303/2016 e Decreto Municipal 95/2021. E pelo Município de Tauá, termo de execução delegada de serviço público, processo administrativo PA 0001/2022 - SEINFRA, autorizada pela Lei Federal 13.303/2016 e Decreto Municipal nº 0812001/2022.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e aprovados por resoluções pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que incluem as disposições da lei das Sociedades por Ações.

A emissão destas demonstrações contábeis, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi autorizada pela Diretoria em 06 de março de 2023.

3 BASE DE PREPARAÇÃO E MENSURAÇÃO

a. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores dos ativos, dos passivos, das receitas e das despesas. Este fato também exige que a Administração da Companhia exerça uma maior capacidade de julgamento na aplicação das políticas contábeis da Companhia.

Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. Na preparação das demonstrações contábeis, a Companhia adotou algumas variáveis e premissas derivadas de sua experiência histórica, dentre outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Os resultados poderiam ser distintos dos estimados sobre premissas, variáveis ou condições diferentes.

4 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos dos depósitos bancários à vista e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados pela Empresa na gestão das obrigações de curto prazo.

b. CONTAS A RECEBER

O contas a receber é registrado pelo valor faturado, não ajustado ao valor presente, não sendo constituída estimativa das Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) pelo julgamento da Administração não considerar aplicável diante da operação da Companhia.

c. ESTOQUES

Os estoques são registrados pelo seu custo de aquisição e inclui os gastos incorridos na aquisição do bem, transporte até sua localização atual e colocação em condições de uso.

Os estoques são ativos mantidos para venda no curso normal dos negócios, em processo de produção para venda ou na forma de materiais ou suprimentos a serem consumidos ou transformados no processo de produção ou na prestação de serviços.

No valor do custo do estoque é incluído todos os custos de aquisição e de transformação, bem como outros custos incorridos para trazer os estoques à sua condição e localização atuais.

d. IMOBILIZADO

Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear e leva em consideração a vida útil e utilização dos bens. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

O imobilizado é demonstrado pelo custo que abrange o preço de aquisição e todos os custos diretamente relacionados ao transporte do ativo imobilizado até o local e sua colocação em condições de operação como fretes e impostos não recuperáveis, deduzido a depreciação acumulada, calculada pelo método linear ao longo da vida útil estimada do bem.

e. PROVISÕES

A provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

f. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

As cotas de capital são classificadas como patrimônio líquido.

g. RECONHECIMENTO DE RECEITA

A receita operacional é reconhecida quando os serviços são prestados, através da emissão da nota fiscal, a qual compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia.

A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, caso aplicáveis.

h. REGIME DE TRIBUTAÇÃO

No exercício de 2022, a Companhia passou a adotar o regime de tributação do lucro real, nesse regime o IRPJ e CSLL é apurado com base no lucro contábil depois dos ajustes de adições, exclusões e compensações de prejuízos, assim, tem-se a base de cálculo (lucro real).

Para o IRPJ aplica-se a alíquota de 15% sobre o lucro real e, mais 10% referente o adicional de IRPJ sobre o valor que ultrapassar o lucro de R\$ 20.000,00 mensal. Para a CSLL é aplicado a alíquota de 9% sobre o lucro real.

Para os serviços prestados que tiveram o emprego de material, equiparando-se assim, as atividades de construção civil, foi utilizado o regime cumulativo para o cálculo de PIS/COFINS, com suas respectivas alíquotas de 0,65% e 3%, conforme determina a solução de consulta nº 43 – Cosit, da Coordenação Geral de Tributação da Receita Federal. Porém, nos serviços prestados que não ocorreram a comprovação do emprego de materiais, foi utilizado o regime não cumulativo para o cálculo do PIS/COFINS, com suas respectivas alíquotas de 1,65% e 7,6%, regime este que normalmente é utilizado pelas empresas optante do lucro real quando não há exceções como esta, aplicada nas atividades de construção civil.

5 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2022	2021
Caixa	79,56	401,28
Banco conta movimento	-	4.469,91
Aplicações financeira de liquidez imediata	149.746,08	-
Caixa e equivalentes de caixa	149.825,64	4.871,19

O saldo da aplicação financeira em 31 de dezembro de 2022 refere-se substancialmente a certificados de depósitos bancários (CDB), que estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia.

6 CONTAS A RECEBER

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Cientes		
Município de Monsenhor Tabosa	304.533,88	101.040,73
Município de Baturité	200.813,10	-
Município de Tabuleiro do Norte	684.838,38	-
Município de Tauá	303.435,32	-
Total dos clientes	<u>1.493.620,68</u>	<u>101.040,73</u>
Contratos a receber		
Município de Monsenhor Tabosa	32.137.764,54	33.267.828,54
Município de Baturité	77.964.992,00	-
Município de Tabuleiro do Norte	77.944.518,00	-
Município de Tauá	154.862.136,00	-
Total contratos a receber	<u>342.909.410,54</u>	<u>33.267.828,54</u>
Total do contas a receber circulante	13.168.909,22	1.256.217,27
Total do contas a receber não circulante	331.234.122,00	32.112.652,00

O valor da conta clientes, refere-se a valores faturados na prestação de serviços pela Companhia conforme vão sendo executados.

O saldo da conta contratos a receber é composto pelo valor a receber dos contratos das obras que serão faturadas, com o Município de Monsenhor Tabosa, conforme termo de execução delegada de serviço público, processo administrativo 05.002/2021-DI, autorizada pela Lei Federal 13.303/2016, Municipal 01/2021 e decreto municipal 21/2021, com o Município de Baturité, conforme termo de execução delegada de serviço público, processo administrativo 2005.01/2022-DL, autorizada pela Lei Federal 13.303/2016 e Decreto Municipal 33/2022, com o Município de Tabuleiro do Norte, pelo termo de execução delegada de serviço público, processo administrativo PA001/2022 SEOSP, autorizada pela Lei Federal 13.303/2016 e Decreto Municipal 95/2021. E pelo Município de Tauá, termo de execução delegada de serviço público, processo administrativo PA 0001/2022 - SEINFRA, autorizada pela Lei Federal 13.303/2016 e Decreto Municipal nº 0812001/2022. Assim foi feita a classificação no circulante e no não circulante, visto que os contratos são com prazo de 30 anos.

A reclassificação é feita no decorrer do período com a execução da prestação de serviço de iluminação pública firmado pelo termo de execução. Vale destacar que o saldo do circulante é reduzido à medida que ocorre a prestação do serviço, o qual tem a contrapartida na conta de obrigações com clientes (Nota 13).

O termo de execução delegada de serviço público de iluminação do município de Monsenhor Tabosa foi assinado em 08 de junho de 2021, tendo uma contraprestação mensal de R\$ 94.172,00, do município de Baturité foi assinado em 24 de maio de 2022, tendo uma contraprestação mensal de R\$ 220.864,00, do município de Tabuleiro do Norte foi assinado em 31 de maio de 2022, tendo uma contraprestação mensal de R\$ 220.806,00, do município de Tauá foi assinado em 01 de setembro de 2022, tendo uma contraprestação mensal de R\$ 435.006,00.

7 ADIANTAMENTOS

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Adiantamento a fornecedores	9.673,74	3.279,41
Adiantamento a empregados	17.228,87	1.733,63
Adiantamentos	<u>26.902,61</u>	<u>5.013,04</u>

Essa conta se refere a saldo de créditos com fornecedores, o saldo em 2022 se refere aos adiantamentos realizados no final do ano e a emissão da nota fiscal será no próximo exercício. A conta adiantamento a empregados se refere a antecipações de salário e férias feitas aos funcionários no curso das operações a compensar posteriormente.

8 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
IRRF a Recuperar	53.309,62	6.077,84
IRRF pago a maior ou indevidamente	181,50	-
Impostos e contribuições a recuperar	<u>53.491,12</u>	<u>6.077,84</u>

Essa conta destina-se a registrar o IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte) nas operações previstas na legislação que será recuperado mediante compensação com o imposto de renda quando da apresentação da Declaração de Rendimentos ou de outra forma.

9 ESTOQUE

Os estoques da Companhia se referem aos materiais utilizados na Iluminação Pública e estão apresentados da seguinte forma:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Materiais p/ iluminação Pública	340.142,10	-
Estoques	<u>340.142,10</u>	<u>-</u>

10 IMOBILIZADO

No exercício de 2022, ocorreu a aquisição de computadores e periféricos e máquina para utilizar na operação para compor o imobilizado da Companhia juntamente com os demais bens de 2021. Abaixo segue tabela com detalhamento do custo e da depreciação por cada conta patrimonial:

	Móveis e Utensílios	Máquinas e Equipamentos	Ferramentas	Computadores e Periféricos	Total
Custo de aquisição					
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	-	-	-	-
Aquisições	5.450,00	34.515,03	1.550,00	19.633,00	61.148,03
Saldo em 31 de dezembro de 2021	5.450,00	34.515,03	1.550,00	19.633,00	61.148,03
Aquisições	-	4.800,00	-	16.859,33	21.659,33
Saldo em 31 de dezembro de 2022	5.450,00	39.315,03	1.550,00	36.492,33	82.807,36

	Móveis e Utensílios	Máquinas e Equipamentos	Ferramentas	Computadores e Periféricos	Total
Depreciação					
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	-	-	-	-
Depreciação	(222,66)	(750,38)	(149,98)	(1.346,06)	(2.469,08)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(222,66)	(750,38)	(149,98)	(1.346,06)	(2.469,08)
Depreciação	(544,92)	(3.671,97)	(155,04)	(4.088,38)	(8.460,31)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(767,58)	(4.422,35)	(305,02)	(5.434,44)	(10.929,39)
Valor contábil:					
Saldo em 31 de dezembro de 2021	5.227,34	33.764,65	1.400,02	18.286,94	58.678,95
Saldo em 31 de dezembro de 2022	4.682,42	34.892,68	1.244,98	31.057,89	71.877,97

11 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	2022	2021
Obrigações tributárias		
Impostos e contribuições a recolher		
Imposto de Renda a Recolher	-	6.071,71
Contribuição Social a Recolher	-	5.309,48
IRRF a Recolher	14.593,17	7.412,74
PIS a Recolher	7.895,28	385,60
COFINS a Recolher	36.397,85	1.779,69
CRF a Recolher	1.230,00	41,60
ISS Retido a Recolher	1.187,72	24,44
Total de impostos e contribuições a recolher	61.304,02	21.025,26
Parcelamento de impostos e contribuições		
Parcelamento Simplificado	24.908,19	-
Total do parcelamento de impostos e contribuições circulante	24.908,19	-
Total de obrigações tributárias	86.212,21	21.025,26
Parcelamento de impostos e contribuições		
Parcelamento Simplificado	186.338,31	-
Total do parcelamento de impostos e contribuições não circulante	186.338,31	-

As Contribuições Sociais Retidas na Fonte - CRF refere-se as retenções de CSLL, COFINS, PIS/PASEP sobre as notas de serviços tomadas.

O parcelamento simplificado da Companhia no circulante e no não circulante, refere-se a débitos em aberto no ano de 2022 com Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, Programa de Integração Social – PIS, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS e com o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, que foram transferidos para esse parcelamento.

12 OBRIGAÇÕES COM PESSOAL E SOCIAL E PROVISÕES DE FÉRIAS E 13º

A composição dos saldos é conforme quadros abaixo:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Salários e Ordenados a Pagar	79.726,00	100.201,38
Honorários Conselhos Estatutários a Pagar	11.934,98	-
Rescisões a Pagar	-	4.710,63
Estagiários a Pagar	-	550,00
INSS a Recolher	33.730,21	33.886,33
FGTS a Recolher	13.692,90	9.393,67
FGTS Multa Rescisória a Recolher	1.328,34	-
INSS s/ Férias a Recolher	323,95	-
FGTS Aprendiz a Recolher	40,70	-
INSS s/ Serviços a Recolher	24.634,08	-
Total obrigações com pessoal e social	<u>165.411,16</u>	<u>148.742,01</u>

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Provisões para Férias	175.176,00	65.906,87
INSS Sobre Provisões para Férias	51.340,22	18.954,75
FGTS Sobre Provisões para Férias	14.205,86	5.265,07
Provisões	<u>240.722,08</u>	<u>90.126,69</u>

13 OBRIGAÇÕES COM CLIENTES

O saldo nessa conta é em razão da contabilização dos contratos das obras que serão realizadas no prazo de 30 anos (Nota 6), assim foi feita a classificação no circulante e não circulante. A medida que for sendo executada a obra, por meio da prestação de serviço de iluminação pública firmado pelo termo de execução delegada de serviço público, o valor será compensado com a conta de contratos a receber no ativo.

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Obrigações com clientes		
Município de Monsenhor Tabosa	32.137.764,54	33.267.828,54
Município de Baturité	77.964.992,00	-
Município de Tabuleiro do Norte	77.944.518,00	-
Município de Tauá	154.862.136,00	-
Total das obrigações com clientes	342.909.410,54	33.267.828,54
Total das obrigações com clientes circulante	11.675.288,54	1.155.176,54
Total das obrigações com clientes não circulante	331.234.122,00	32.112.652,00

14 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. CAPITAL SOCIAL

Em 22 de agosto do ano de 2022, realizou-se a reunião extraordinária do conselho de administração, que determinou o aumento do capital social da Companhia, mediante a emissão e subscrição de novas ações, nos termos e limites autorizados pelo Estatuto Social e pela Assembleia Geral Extraordinária de 03 de novembro de 2021, que se encontram totalmente subscritas e integralizadas, passando o capital social para R\$ 2.951.000,00, representado por 361.000 ações, sendo 151.000,00 ações ordinárias classe A, nominativas, sem valor nominal, emitidas ao preço unitário de R\$1,00 e 100.000 ações ordinárias B, nominativas, sem valor nominal, emitidas ao preço unitário de R\$ 1,00; 100.000 ações preferenciais classe A, nominativas, sem valor nominal, emitidas ao preço unitário de R\$ 9,00; e de 10.000 ações preferenciais B, nominativas, sem valor nominal, emitidas ao preço unitário de R\$ 180,00.

A composição do capital social é conforme quadro abaixo:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Capital subscrito		
Companhia Horizontina de Eficiência Energetica S.A	-	43.644,00
Companhia de Infraestrutura, tecnologia e inovação - CITI	2.800.000,00	949.000,00
Prefeitura Municipal de Monsenhor Tabosa	7.356,00	7.356,00
Baturité Ativos S.A	12.092,00	-
Prefeitura Municipal de Tabuleiro do Norte	10.000,00	-
Prefeitura Municipal de Tauá	100.000,00	-
Companhia de Inteligência Urbana e Serviços S/A	21.552,00	-
Total do capital subscrito	2.951.000,00	1.000.000,00

b. ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

O saldo é referente ao Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC da Companhia se deu por meio de transferências bancárias e de estoques de materiais.

Ainda no ano de 2022, ocorreu parte da compensação do AFAC, com a integralização do capital da Companhia de Infraestrutura, Tecnologia e Inovação CITI. Sendo assim, a conta ainda ficou com o saldo de R\$ 412.687,42 a ser integralizado posteriormente.

c. AÇÕES EM TESOURARIA

Em sessão pública da Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 15 de fevereiro do ano de 2021, por meio de vídeo conferência, foi realizada a alteração do artigo 6º do estatuto, que passou a vigorar com a seguinte redação: §2º. No caso de extinção de ente da administração indireta detentora de ações da companhia, suas ações serão ofertadas aos demais acionistas da mesma classe e, não havendo interesse, recompradas pela companhia pelo preço de emissão das ações e colocadas em tesouraria para posterior alienação.

Assim sendo, em 19 de dezembro de 2022, realizou-se, por vídeo conferência, a sessão da Assembleia Geral Extraordinária, que determinou a necessária aquisição das ações de propriedade da Companhia Horizontina de Eficiência Energética S.A para permanência em tesouraria. Em 31 de dezembro de 2022, a quantidade de ações em tesouraria adquirida pela Companhia totalizava 21.552 ações ordinárias A, com preço unitário de R\$ 1,00, totalizando o montante de R\$ 21.552,00.

d. PREJUÍZOS ACUMULADOS

O saldo dessa conta, no valor de R\$ 1.946.685,90, refere-se aos prejuízos do exercício 2021 acrescidos do prejuízo do exercício de 2022. Esse saldo será diminuído quando a Companhia evidenciar lucro no período em exercícios futuros.

15 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A receita líquida, em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é referente aos serviços prestados pela Companhia, deduzido dos cancelamentos, descontos e impostos que incidem sobre os serviços, conforme quadro abaixo:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receita de prestação de serviços	3.436.302,87	360.245,36
Cancelamento e devoluções	(43.421,83)	-
Impostos sobre vendas e serviços	(310.176,22)	(23.956,32)
Receita operacional líquida	3.082.704,82	336.289,04

16 CUSTOS, DESPESAS E OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

Mão-de-obra direta	(1.069.923,90)	-
Material aplicado	(460.367,87)	(171.913,77)
Serviço contratado	(123.930,09)	(60.250,00)
Depreciações	(1.702,53)	-
Custos dos serviços prestados	(1.655.924,39)	(232.163,77)
Lucro bruto	1.426.780,43	104.125,27
Despesas com pessoal	(1.592.076,74)	(1.300.212,40)
Aluguéis e arrendamentos	(77.395,55)	(35.856,84)
Impostos, taxas e contribuições	(66.574,04)	(3.444,04)
Despesas gerais	(220.521,75)	(87.851,65)
Despesas de viagem	-	(83.819,67)
Despesas administrativas	(1.956.568,08)	(1.511.184,60)
Outros valores recuperados	31.332,08	-
Receitas diversas	3.722,10	15.870,00
Outras receitas operacionais	35.054,18	15.870,00
Resultado operacional líquido	(494.733,47)	(1.391.189,33)

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia teve um registro de aumento de custos dos serviços prestados, em relação ao exercício anterior, com contratação de mão-de-obra direta e aumento de demais custos e despesa. Além disso, apresentou saldo na conta outros valores recuperados que se refere a valores descontados de funcionários e reversão de custo/despesa, mediante recuperação de despesa decorrente da não prestação do serviço. Na conta de receitas diversas possui saldo referente a recebimento de materiais para demonstração.

17 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Contribuição social	-	(10.424,63)
Imposto de Renda	-	(17.374,36)
IRPJ e CSLL	-	(27.798,99)

18 GESTÃO DE RISCO

A Companhia de Inteligência Urbana e Serviços S.A. - Urbantech reforça e estabelece regras de governança e diretrizes gerais para seu processo integrado de gerenciamento de riscos corporativos e de controles internos, tendo por propósito reafirmar o compromisso com uma cultura de integridade, onde os riscos são avaliados e utilizados como um dos instrumentos de tomada de decisões, a fim de que a Companhia compreenda os cenários em que atua e o impacto que gera para as partes interessadas, a fim de atingir seus objetivos estratégicos sempre na busca constante por melhorias, e por meio de uma aderência cada vez maior aos preceitos da boa governança, da sustentabilidade social e financeiras de modo a preservar e a gerar valor.

Além disso, a Companhia tem como objetivo, incorporar a visão e a prática de gerenciamento de riscos e controles internos à tomada de decisões da Urbantech. Estabelecendo princípios, diretrizes, regras, responsabilidades e conceitos, de forma a possibilitar a identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos e dos controles internos nos processos da Companhia.

A Companhia considera os limites de exposição (apetite e tolerância) aos riscos estabelecidos dentro do perfil conservador, sendo eles estabelecidos de acordo com a natureza de cada risco, o de natureza corporativa que é mensurado em valor financeiro e representa o impacto máximo e deve ser calculado de acordo com a metodologia quantitativa e qualitativa e o de natureza operacional, que é estabelecido com base na criticidade dos riscos identificados na avaliação do sistema de controles internos dos processos.

Vale destacar, que o conselho de administração tem como responsabilidade aprovar as diretrizes para o processo integrado de gerenciamento de riscos e controles internos da Urbantech (metodologia, processos, sistemas, política, padrões e mecanismos de reporte, dentre outros), aprovar o apetite e tolerância a risco e os riscos corporativos priorizados e seus respectivos planos de resposta e contingência. Outrossim, deve acompanhar os resultados dos processos de gerenciamento de riscos e de controles internos, avaliar e validar a estrutura de controles internos e gerenciamento de riscos estabelecida para garantir o tratamento dos riscos e aprovar o plano de trabalho de gerenciamento de riscos.

Assinado digitalmente por
FRANCISCO TAKESHI DE SOUZA
UEJO:84769572115
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Videoforença, OU=2077653700155, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A3, OU=(em branco), CN=FRANCISCO TAKESHI DE SOUZA
UEJO:84769572115

FRANCISCO
TAKESHI DE
SOUZA
UEJO:8476957
2115

FRANCISCO TAKESHI DE SOUZA UEJO
PRESIDENTE
CPF: 847.695.721-15

Assinado digitalmente por JOSE LUCAS
CHAGAS SALDANHA.05778802331
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC
CERTIFICA MINAS v5,
OU=4253235400014, OU=Presencial,
OU=Certificado PF A1, CN=JOSE LUCAS
CHAGAS SALDANHA.05778802331
Razão: Eu sou o autor deste documento
Foxit Reader Versão: 9.3.0

JOSE LUCAS
CHAGAS
SALDANHA:
05778802331

JOSÉ LUCAS CHAGAS SALDANHA
Contador - CRCCE
CPF: 057.788.023-31